

## A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL E O ODS4: ALGUNS APONTAMENTOS

*Alcione Aparecida de Azevedo<sup>1</sup>*

*Eixo temático: 1. Alfabetização e políticas públicas*

**Resumo:** O presente artigo traz uma discussão sobre avanços e retrocessos para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 - ODS4 (Agenda 2030) no Brasil, no que concerne, portanto, à alfabetização de crianças, que é um dos pilares da educação sustentável. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental em arquivos do site oficial da Unesco e no Relatório Luz, fomentado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030). Foram, então, identificadas as ações do governo brasileiro em relação à alfabetização de crianças, no período de 2018 ao início de 2020, das quais se destaca a diminuição de investimentos. Para melhor compreensão do tema, discutem-se também os conceitos de texto/enunciado e compreensão da teoria de Bakhtin.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; ODS4; Alfabetização de crianças.

### Introdução

Em 2012, durante a cúpula Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável), iniciou-se o planejamento da construção de novos objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável e que tivessem mais participação dos países membros da ONU.

Foram, então, formulados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que integram a Agenda 2030. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4(ODS4) volta-se especificamente para a educação e visa “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida”.

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras. Doutoranda em Educação pela Ufes. Professora da Educação Básica do município de Cachoeiro de Itapemirim. Contato: allcioneazevedo@gmail.com

No entanto, após a expiração do prazo limite dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>2</sup>, em 2015, muitos países estavam distantes de alcançar as metas estabelecidas para aquele ano. Por isso, os ODS foram formulados em substituição aos ODM.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compreender as ações do governo brasileiro para o alcance da ODS4, de 2018 a 2020, início da pandemia de Covid-19 no Brasil.

A pesquisa é de cunho documental e, sob essa perspectiva, Lüdke e André (1986, p. 38) observam que “[...] são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fontes de informação sobre o comportamento humano”. Assim, utilizaram-se documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e o Relatório Luz, fomentado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030). O artigo está, assim, organizado: na seção dois, aborda-se o conceito de texto/ enunciado de Bakhtin (2011); na três, são evidenciadas as ações do governo federal em 2018 e 2019 para o alcance do ODS4; na quatro, é apresentado um panorama sobre a pandemia de Covid-19 e a alfabetização de crianças no Brasil; na seção cinco, discute-se a Agenda 2030 e a ODS4 e, na última parte, as considerações finais.

## 2 O conceito de texto/ enunciado e compreensão

Segundo Bakhtin (2011), o texto, objeto da pesquisa em ciências humanas e reflexo das relações dos seres humanos falantes ou escreventes, é definido como:

O texto (oral ou escrito) enquanto dado primário de todas essas disciplinas, do pensamento filosófico-humanista (inclusive do pensamento teórico filosófico em sua fonte), o texto é a realidade imediata (do pensamento e das vivências), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento (BAKHTIN, 2011, p. 308).

O texto como objeto de estudo das ciências humanas, segundo Bakhtin (2011), possui um autor (falante ou escrevente), seres que exprimem a si mesmo, criam os textos e nunca coincidem consigo mesmo, são inacabados, mudam porque são livres para se constituir e proporcionar mudanças. Sendo assim, o autor caracteriza o texto como bilateral, de forma que o enunciado é sempre uma resposta, ou seja, só se realiza na interação de duas consciências: eu e o outro.

---

<sup>2</sup> Em setembro de 2000, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. As Nações se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos – com um prazo para o seu alcance em 2015. Fonte: <https://brazil.unfpa.org/>.

A categoria central do pensamento bakhtiniano é a interação verbal, e se há uma interação verbal, o texto/enunciado não está pronto ou acabado e não pode ser definido por um único sujeito, posto que é definido como não isolado. Isso porque, quando se fala de texto/enunciado, fala-se do próprio ser humano, que dialoga com outros sujeitos e com outros textos. Segundo Bakhtin (2011):

Não pode haver enunciado isolado. Ele sempre pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas o elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado. Entre os enunciados existem relações que não podem ser definidas em categorias nem mecânicas nem linguísticas. Eles não têm analogias consigo (BAKHTIN, 2011, p. 371).

Dessa forma, no que se refere a este trabalho, pode-se concluir que, quando se trata de documentos que contribuem para a compreensão das ações do governo brasileiro para o alcance da ODS4, mesmo que a princípio pareça monológico, os documentos pesquisados são construídos socialmente e as pessoas que participaram da construção desses enunciados também atuam como produtores e produtos da história, pois respondem a outros sujeitos que os antecederam e provocam respostas aos que o sucederem.

Dentro dessas relações sociais, segundo Bakhtin (2011), a representação de qualquer realidade capta apenas uma fração do conhecimento, considerando seu caráter social e sempre em movimento. Assim, é preciso situar a pesquisa no tempo e espaço e conhecer as condições concretas de enunciação e de produção do período que se quer conhecer.

Por isso, nesse artigo, demarcamos os anos situados entre 2018, 2019 e início de 2020 para compreender as ações do governo brasileiro para o alcance da ODS4.

Outro aspecto abordado por Bakhtin (2011), e que se relaciona a este trabalho, é a noção de compreensão. Julgamos importante compreender a ODS4 em sua materialidade, porque quando se trabalham os textos e os seres humanos que se expressam, a sua compreensão não é a mera repetição daquela formulada pelo autor. Portanto, se realmente há compreensão, essa não existe sem a avaliação e a manifestação de posicionamentos. Bakhtin (2011, p. 378) assim observa:

[...]O sujeito da compreensão enfoca a obra com sua visão de mundo já formada, de seu ponto de vista, de suas posições. Em certa medida, essas posições determinam a sua avaliação, mas neste elas mesmas não continuam imutáveis: sujeitam-se à ação da obra que sempre traz algo novo.

A concepção de compreensão de Bakhtin (2011) sugere a manifestação de posicionamentos, mas pode gerar polêmica, porque não é neutra:

A concordância, a discordância ativa (quando não resolvida dogmamente de antemão) estimula e aprofunda a compreensão, torna a palavra do outro mais elástica e mais pessoal, não admite dissolução mútua e mescla [...] (BAKHTIN, 2011, p. 378).

Desse modo, não se pode diluir o pensamento alheio, porque compreender exige um deslocamento para o lugar do outro, é incluir um contexto e compreender o movimento, dialógico, dentro dele. E no ato de pesquisar há um enriquecimento mútuo do próprio conhecimento que se formula a partir do outro (o objeto de pesquisa). Há também seu próprio conhecimento e horizonte, sendo o processo de compreensão necessário para a interação desses dois horizontes na busca do enriquecimento. Ao pesquisador, contudo, não cabe julgar: é preciso compreender o horizonte social do outro, o que se elaborou, produziu, os sentidos dessa elaboração e depois retornar ao seu lugar e ao seu horizonte, buscar o enriquecimento mútuo (BAKHTIN, 2011).

Bakhtin (2011) defende que toda compreensão é prenhe de resposta, que leva em consideração dois sujeitos, ambos que se enunciam a partir de suas necessidades. Assim, "compreender é opor a palavra do outro com uma contra palavra, [...] em um processo de cocriação dos sujeitos"(FREITAS, 2013, p. 98), havendo, desse modo, um enriquecimento daquele que busca por essa compreensão. Entende-se, portanto, que tais constatações validam a relevância de se compreender as ações do governo brasileiro para o alcance da ODS4, especificamente entre 2018 e 2020. Levantar os dados desse período, ler e compreender ativamente determinados documentos neles difundidos é importante para uma análise mais completa dos dados.

### **3 A Agenda 2030 e o ODS4**

Durante três anos, governos e sociedade civil, comunidade científica e Nações Unidas, com objetivo de proporcionar uma diversidade de perspectivas e experiências, discutiram a composição da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Desde 2015, os países membros da Unesco esforçam-se para cumprir os ODS, compostos por 17 objetivos e 169 metas, adotados por 193 países-membros das Nações Unidas. Esses objetivos buscam "garantir uma vida sustentável, pacífica, próspera e equitativa na Terra, para todos, agora e no futuro" (UNESCO, 2017, p. 6).

Os objetivos e metas da agenda 2030 estimulam ações em importantes áreas para a humanidade e o planeta: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Em relação à educação, tem-se o ODS4: "Educação de qualidade – Assegurar a educação inclusiva e

equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2017).

Nas próximas seções, será discutido como as metas da ODS4 têm se aproximado, ou não, da alfabetização de crianças no Brasil, a partir de ações do governo brasileiro no período de 2018 a 2020, já em um contexto de pandemia de Covid-19.

#### 4 A ODS4 no Brasil nos anos de 2018 e 2019

O contexto do governo de Jair Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019, é marcado por instabilidades: sua eleição foi cenário de polêmicas, discursos violentos e *Fake News*. Seu mandato, no contexto educacional, impressionou com a troca de ministros da educação em períodos curtos de tempo, além de cortes de investimentos, desde o Ensino Básico até o Ensino Superior, o que por si já causou impactos nocivos ao alcance das metas para a Agenda 2030.

Somado a isso, desde 2018, já havia impactos prejudiciais na educação, de acordo com o Relatório Luz<sup>3</sup>, publicado em 2019, segundo o qual o governo de Michel Temer:

[...] foi marcado pela aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, medida que continua como obstáculo para a universalização do acesso à educação de qualidade e para implementação do Plano Nacional de Educação<sup>1</sup> (PNE) com vigência até 2024 [...]. (GT Agenda 2030, 2019, p. 21).

Emenda Constitucional (EC) 95/2016 instituiu um novo regime fiscal e fixou um teto para o crescimento dos gastos públicos por vinte anos, corrigidos pela inflação medida pelo IPCA( Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Além disso, o relatório classifica a eleição de 2018 como marcada pela "ascensão de um grupo ultraliberal econômico e ultraconservadores, de forte apelo fundamentalista religioso". (GT Agenda 2030, 2019, p. 23-24), além do apoio ao ensino familiar e ao projeto Escola sem Partido.

Na contramão dos movimentos mundiais, como o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros, a educação brasileira distanciou-se de temas importantes em 2018, como a educação sexual, o combate à exploração sexual, casamento

---

<sup>3</sup> O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) foi formalizado em 9 de setembro de 2014 e reúne, analisa e produz conteúdos para informar sua incidência e ações, o que resulta, a cada ano, no Relatório Luz. O Relatório Luz é publicado anualmente e reúne dados importantes que ajudam a compreender avanços e retrocessos no país para o alcance dos ODS.

infantil, gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis e as violências com base em gênero e orientação sexual.

Dessa forma, percebe-se que a meta 4.7<sup>4</sup> vem sendo ameaçada, quando os direitos humanos são colocados em xeque por políticas públicas extremistas e segregadoras, como a escola sem partido e o ensino domiciliar. O GT Agenda 2030 (2019) demonstra que o ano de 2018 foi de forte impacto tanto na alfabetização quanto em outros setores da educação. Discussões e debates de anos foram silenciados com o apoio daqueles que deveriam garantir os direitos humanos, inclusive porque o Estado brasileiro se comprometeu internacionalmente:

[...] com os documentos de educação em direitos humanos, como os planos de ação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) da ONU, e de compor a Plataforma de Países da ONU para a Educação em Direitos Humanos desde 2018 [...]. (GT Agenda 2030, 2019, p. 22).

Em relação à Emenda Constitucional 95/2016, o principal problema, segundo o GT Agenda 2030 (2019), é que a previsão de aumento de investimentos na educação e aporte da União, o "Custo Aluno-Qualidade (CAQi/CAQ)", não ocorreu, pois:

O Ministério da Educação (MEC) editou a Portaria nº 649/2019, no dia 25 de março, retirando o CAQi/CAQ do seu Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica, que define políticas de financiamento da educação. No dia seguinte, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação anulou o Parecer nº 08/2010, que normatizava o CAQi/CAQ. Ele segue no PNE, mas, com essas duas medidas, terá sua materialização mais distante. (GT Agenda 2030, 2019, p. 26).

Existiam, portanto, metas a serem alcançadas (em especial a 4.1<sup>5</sup>), mas não era possível contar com investimento financeiro e nem insumos do governo federal para seu alcance e, conseqüentemente, dos objetivos.

Outra questão apontada pelo GT Agenda 2030 (2019) é o crescimento em 2019 do incentivo à privatização da educação e à educação à distância, ou seja, menos investimentos da União para educação pública e mais apoio ao setor privado, o que diminui ainda mais o número de pessoas que terão direito à educação de qualidade, algo que vai de encontro com a meta 4.1.

---

<sup>4</sup> Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

<sup>5</sup> Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

A meta 4.2<sup>6</sup>, que está diretamente ligada à alfabetização porque contextualiza a criança no ambiente escolar e pode garantir sua permanência e desenvolvimento na alfabetização, também está bastante comprometida. O GT Agenda 2030 (2019) classifica como assistencialismo as políticas de educação para a primeira infância, em especial o "Criança Feliz"<sup>7</sup>, porque não qualificam os professores e não investem em espaços adequados.

Apesar de ter havido um crescimento na taxa de escolarização de alunos entre 4 e 5 anos (93%) em 2017, segundo o GT Agenda 2030 (2019), esse crescimento foi de apenas 4% dos 11% necessários e, a partir de dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2017), houve uma diminuição de investimentos. Assim, de acordo com o GT Agenda 2030 (2019), em relação a alfabetização de crianças, os investimentos diminuíram e o crescimento de alunos matriculados foi abaixo do esperado, distanciando o Brasil das metas da Agenda 2030.

No ano de 2019, foi perceptível o retrocesso para a educação, seja em investimentos ou em número de matrículas. Segundo o GT Agenda 2030 (2020), os cortes orçamentários determinados pela EC 95/2016 impactaram diretamente a meta 4.1, que tem apresentado progresso insuficiente, pois 90 mil crianças estão fora da escola, mesmo com 98,1 % das crianças brasileiras matriculadas.

Em relação à alfabetização de crianças, os dados são ainda mais alarmantes. Em 2019, a meta de alfabetização prevista para 2015 no PNE (93,5%) ainda não havia sido alcançada e por isso 11 milhões de pessoas ainda estavam analfabetas (GT Agenda 2030, 2020). Além disso, um dado preocupante é o sucateamento das escolas públicas, principalmente de educação infantil que vem perdendo investimentos em detrimento às escolas particulares, que estão cada vez mais bem equipadas e caras, o que compromete o ensino público de qualidade e a alfabetização de crianças.

Em 2020, o mundo foi acometido pela pandemia de Covid-19, o que impactou diretamente muitos setores brasileiros, inclusive o da educação. Assim, além dos problemas já existentes, outros surgiram, como a questão de mais crianças fora da escola e a insuficiência do Estado para o preparo de professores da rede pública de ensino para o trabalho com sistemas remotos.

## 5A ODS4 e o contexto pandêmico de Covid -19 no Brasil

<sup>6</sup> Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.

<sup>7</sup> Programa instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, de caráter intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. (Ministério da Cidadania).

No início de 2020, com a chegada da Covid-19 no Brasil, grandes incertezas pairaram sobre a educação, pois escolas públicas e privadas tiveram que se adaptar à nova realidade e funcionar de modo remoto. Segundo Unesco (2021), mais de 156 milhões de estudantes em todo o mundo foram afetados pela paralisação das aulas. Esperava-se, no entanto, como apontou Alfabetização na Pandemia (2021), que esse período de "quarentena" seria curto e por isso poucas foram as ações para dar continuidade ao ensino.

Com os passar dos meses e pouca evolução de combate ao coronavírus, algumas medidas começaram a ser tomadas em nível mundial, como o ensino remoto, solução provisória, rápida e segura. No Brasil, porém, foi perceptível que tanto as equipes escolares quanto os alunos não estavam preparados para esse novo cenário e precisaram se adaptar.

Essa adaptação passou (e passa) por sérios problemas que permeiam a educação brasileira há anos. De acordo com IBGE (2019), a maior parte do acesso à Internet nos domicílios é feita pelo celular; sendo assim, os estudos remotos ficaram comprometidos porque o suporte para a Internet é precário e inviabiliza a mediação e, conseqüentemente, a aprendizagem. Além disso, dados do mesmo instituto naquele ano demonstram que famílias camponesas, em sua maioria, não possuem acesso à Internet e, quando possuem, é de baixa qualidade e instável.

Assim, os problemas agravaram-se com a pandemia, principalmente em relação à alfabetização, porque as práticas de leitura e produção de texto, essenciais para o desenvolvimento do aluno, necessitam de tempo, o que já foi percebido com a incentivo à escola tempo integral e com o aumento de tempo de alfabetização para dois anos (ALFABETIZAÇÃO NA PANDEMIA, 2021). Segundo Tonelotto (2020), conselheira da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed): "As crianças nas séries iniciais têm mais dificuldade em manter o foco nos estudos, em comparação aos estudantes do ensino fundamental." Por isso, pode-se concluir, como apontado por Oliveira (2020), que o tempo dedicado ao ensino remoto também pode dificultar o processo de alfabetização de crianças.

Sobre essa questão da educação e da Covid-19, O Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO (2020a) indica que:

[...] mesmo antes da crise da COVID-19, apenas 1 em 5 países demonstrou forte compromisso com a equidade na educação por meio de seus mecanismos de financiamento, e há pouca evidência relacionada a uma forte abordagem de equidade nas respostas à COVID-19.

Assim, o ODS4 e suas metas já vinham sendo negligenciados por vários países, inclusive o Brasil, o que foi agravado pela pandemia, como se pode constatar por meio dos dados do Relatório Luz, em suas edições de 2019 e 2020.

Diante desse contexto, na Reunião Global de Educação, em outubro de 2020, a Unesco orientou um maior compromisso dos governos e parceiros para preservar orçamentos educacionais e a vacinação de professores (UNESCO, 2020b). O Brasil iniciou a vacinação dos profissionais de educação em maio de 2021, em São Paulo e no Espírito Santo. Porém aliado à crise política vivida no Brasil e em comparação com regiões da Europa e América do Norte, o Brasil está bastante atrasado na vacinação da população. A partir de dados a serem confirmados com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 para investigar os atrasos na vacinação da população brasileira, esse atraso na vacinação pode ser consequência das decisões político-administrativas do Governo Federal. Além disso, trata-se de um grande risco para a saúde pública, vacinar professores e não vacinar alunos, já que o vírus ainda circulará entre estudantes e seus familiares.

## 6 Considerações Finais

O fato evidenciado por este artigo é o de que de 2018 ao início de 2020 já havia problemas em relação à alfabetização de crianças, problemas esses que foram agravados ou ganharam mais evidência durante a pandemia, conforme constatados por dados e relatórios.

Futuramente, é possível o não alcance de objetivos e metas do ODS4 seja justificado pela pandemia de Covid-19. Porém, como se discutiu neste trabalho, os problemas são antigos e extrapolam o contexto pandêmico.

As dificuldades em se alcançarem os objetivos e metas da Agenda 2030 para a educação estão, portanto, mais relacionadas a questões políticas, à falta de linearidade nas propostas dos governos vigentes (limitando-se aqui aos anos de 2018 a 2020) e à falta de investimentos.

Assim, observa-se que os avanços mais recentes do ODS4 têm sido lentos e permeados de politização, ou seja, o contexto político do Brasil, com a ascensão de Michel Temer e, posteriormente, de Jair Bolsonaro, tiveram impactos negativos na alfabetização de crianças. A retomada do ensino presencial e da alfabetização de crianças será, portanto, um desafio a ser encarado, juntamente com os objetivos e metas do ODS4.

## Referências

ALFABETIZAÇÃO NA PANDEMIA. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (2h48min 48s). Publicado pelo canal SINEPE/ES. Disponível em: <https://youtu.be/FwYTs5-rd0c>. Acesso em: 28 maio 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

EDUCAÇÃO: da interrupção à recuperação. **Unesco**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 4 jun. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional**. Nº 95, De 15 De Dezembro De 2016. Disponível em : [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em 10 junho. 2021.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Implicações de ser no mundo e responder aos desafios que a educação nos apresenta. *In*: FREITAS, Maria Teresa de Assunção (org.). **Educação, arte e vida em Bakhtin**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 95-106

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 - GT Agenda 2030. **III Relatório Luz da sociedade civil da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável**: Brasil. [S. l.: s. n.], 2019. 91 p. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio\\_luz\\_portugues\\_19\\_final\\_v2\\_download.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf). Acesso em: 4 jun. 2021.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 - GT Agenda 2030. **IV Relatório Luz da sociedade civil da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável**: Brasil. [S. l.: s. n.], 2020. 96 p. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por\\_rl\\_2020\\_web-1.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf). Acesso em: 4 jun. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Criança Feliz**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/conheca-o-programa/> Acesso em : 10 junho. 2021.

OLIVEIRA, Danielly. Qual é o tempo ideal das aulas remotas na quarentena? **Desafios da educação**, [S. l.], maio 2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/tempo-ensino-remoto-quarentena/> Acesso em: 4 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Objetivos de Aprendizagem. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002521/252197POR.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: suplemento de educação. [S. l.]: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 jun. 2021.

UNESCO mostra que 40% dos países mais pobres não apoiam os estudantes em situação de risco durante a crise da COVID-19 e pede por inclusão na educação. **Unesco**, [S. l.], 23

jun. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-mostra-que-40-dos-paises-pobres-nao-apoiam-os-estudantes-em-situacao-risco-durante-crise>. Acesso em: 4 jun. 2021.

UNESCO organiza a Reunião Global de Educação para definir prioridades para a recuperação da aprendizagem e proteger o financiamento após a pandemia. **Unesco**, [S. l.], 23 jun. 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-organiza-reuniao-global-educacao-definir-prioridades-recuperacao-da-aprendizagem-e>. Acesso em: 4 jun. 2021.

UNFPA BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em. 10 junho. 2021.